

# Experiência democrática na ponta dos dedos: digitalização, riscos e desafios contemporâneos

João Vitor Rodrigues Loureiro <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo pretende discutir, a partir de contribuições teóricas contemporâneas, de que maneira a democracia, no Brasil e no Ocidente, vem sendo desafiada pelo processo de digitalização e disseminação de redes sociais e aplicativos de mensagens. Por um lado, se o regime democrático apresentou ganhos importantes, graças às mobilizações e novas narrativas e sujeitos construídos, por outro, foi enormemente desafiado pela lógica de funcionamento dessas redes (algoritmização), em um contexto de combinação entre a hegemonia da razão neoliberal e uma governamentalidade cibernética. Para além desse cenário, explicações de natureza cultural e comportamental auxiliam também a compreender o atual estágio da experiência democrática. A partir da breve revisão de literatura narrativa, conclui-se que a superação desse cenário depende da revisão dos dispositivos e a construção de um novo regime de circulação de afetos, baseado na alteridade, na ressignificação da esfera do coletivo e na justiça como amparos ao indivíduo.

## Palavras-chave

Digitalização. Democracia. Governamentalidade.

## Abstract

This article aims to discuss, based on contemporary theoretical contributions, how democracy, in Brazil and in the Western civilization, has been challenged by the process of digitization and dissemination of social networks and messaging applications. On the one hand, if the democratic regime showed important gains, thanks to social mobilizations and new narratives and new constructed subjects, on the other hand, it was enormously challenged by the functioning logic of these networks (algorithmization), in a context of a combination between the hegemony of neoliberal reason and a cybernetic governmentality. In addition to this scenario, explanations on cultural and behavioral grounds also help to understand the current stage of the democratic experience. From a brief narrative review of literature, one concludes that the overcoming of this scenario depends on the revision of such devices and the construction of a new affection circulation regime, based on alterity, on the redefinition of the collective sphere and on justice as safety nets for each individual.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na UnB. E-mail: joaovloureiro@gmail.com.

## Keywords

Digitalization. Democracy. Governmentality.

## 1. Introdução

Nos últimos anos, a cena política tem observado a transposição de uma suposta barreira existente entre a virtualidade das redes sociais e as efetivas representações políticas, parlamentares e em cargos majoritários. Isto é, se em alguma medida as conhecidas caixas de comentários, páginas em redes sociais e mensagens instantâneas valiam para a livre expressão de opiniões pessoais, visões de mundo e até mesmo manifestações debochadas – *trollagem* – nesses espaços, nos últimos anos tais ferramentas se converteram em verdadeiros instrumentos de mobilização política: no Brasil, desde as convocações de atos que legitimaram a deposição de uma presidente eleita pelas vias democráticas, ou que exigiam intervenção militar e o fechamento do Supremo Tribunal Federal, chegando mesmo à convocação de marchas contra o aborto e em defesa do voto impresso. A expressão da opinião pessoal converteu-se, por assim dizer, em discurso político, organizado em torno de ações reais na vida social e política nacional.

Nesse processo, partidos, plataformas e candidatos que melhor capturaram o misto de sentimentos e discursos desses setores, e que souberam alinhavá-los com estratégias eleitorais capazes de mobilizar outros públicos (muitos deles, insatisfeitos com a repetição de escândalos de corrupção nos meios de comunicação), foram eleitos enquanto encarnações de valores conservadores. Apesar de nem sempre o eleitorado se identificar com todas as pautas e agendas desses candidatos, tais elementos constituíram-se indispensáveis para a mobilização social em torno dessas pautas dispersas, servindo de justificativa amalgamadora de interesses e valores difusos. A pauta dos costumes adentrou, assim, o espectro político como nunca, embebida nas agendas anticorrupção e moralizante da política brasileira nos últimos anos.

O nicho cibernético, enquanto espaço de sociabilidade e construção de agendas e mobilizações políticas, alçou um voo importante no Brasil. Segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao segundo semestre de 2018, conduzido por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (BRASIL, 2020), a sociedade brasileira está cada vez mais conectada aos chamados *gadgets*: o celular é

utilizado por 79,3% da população brasileira com 10 anos ou mais de idade, revelando um pequeno aumento em comparação com o mesmo período de 2017, quando 78,2% possuíam o aparelho (Idem, Ibidem). A pesquisa aponta também para a prevalência da posse dessa tecnologia entre os habitantes de áreas urbanas (82,9%), número significativamente superior à posse de celulares em áreas rurais (57,3%) (Idem, Ibidem). A difusão do uso do celular que, no final da primeira década do século, foi integrado ao acesso instantâneo à Internet por meio das tecnologias de satélite (3G, 4G e, a mais recente, 5G), permitiu uma proporcional ampliação de acessos a conteúdos disponibilizados na Rede Mundial de Computadores: tanto que, segundo o IBGE, no ano de 2018, a penetração da Internet em domicílios no Brasil aumentou 4,2 pontos percentuais e ficou em 79,1%, totalizando 56.747 milhões de residências. Nas áreas urbanas, o percentual subiu de 80,2%, em 2017, para 83,9% em 2018. (Idem, Ibidem)

A difusão de novas tecnologias no mercado de consumo de massas abriu espaço ao exercício frequente, em igual proporção, para o consumo em massa de informações. A vida *on-line*, expressão consistente da segunda década do século XXI, se, por um lado, empurrou o Brasil a sua pretensa faceta moderna, atualizada com os avanços tecnológicos mundiais mais recentes, por outro, fez (re)emergirem valores, discursos e expressões de longa data recônditos à esfera de opinião pessoal. Tais valores, discursos e expressões foram assim alçados a arenas comunicativas, parafraseando Habermas (2002), ampliadas pelos espaços virtuais de interação social. Numa apertada síntese, podemos notar uma espécie de ambivalência entre o *arcaico* e o *moderno*, utilizada como ferramenta explicativa do processo de consolidação do capitalismo no país (FERNANDES, 1975; WERNECK VIANNA, 2004; SOUZA, 2003), também nos desdobramentos mais recentes da construção da democracia brasileira. A democracia brasileira, atualmente marcada pela difusão de uso de tecnologias para mobilização política e pelo exercício de ativismos digitais (moderno) de toda ordem, foi capaz de, nesse mesmo processo, reeditar discursos conservadores (arcaico) e, em alguns casos, também antidemocráticos, avessos aos próprios sustentáculos da democracia.

Nesse processo, a mera existência de espaços virtuais de interação e manifestação de opiniões, à primeira vista, parece constituir uma nova *esfera pública*, a qual, supostamente, permitiria ampliar os mecanismos interativos e, em última medida, formar tendências e agregar preferências políticas, concretizando-se como ferramenta útil de participação democrática.

O conceito de esfera pública, embora encontrado em diversos autores, como Fraser (1996), Young (2000) e Benhabib (1996), ganhou notória repercussão a partir das contribuições de Jürgen Habermas (1997). Para o autor, a esfera pública consiste em um espaço de discussão que se encontra fundamentado pelo princípio de que argumentos racionais possam ser confrontados também com opiniões igualmente orientadas por critérios racionais. Nesse sentido, a construção de uma opinião pública, nesse espaço de esfera pública, ganha relevo e expressão, sobretudo a partir dos meios de comunicação existentes.

Conforme sustenta Losekann (2014), alguns autores têm se dedicado a aplicar esse conceito ao contexto brasileiro: a partir dos anos 1990, com o processo de redemocratização, os estudos da ciência e da sociologia política passaram a conferir importância aos processos extrainstitucionais, de formação de uma cultura política democrática, organizada no seio da sociedade. Nesse sentido, um desses modelos de esfera pública seria aquele da sociedade de massas, constituído a partir da dominação exercida por meios de comunicação poderosos, indutores do debate político a partir de interesses de seus próprios dirigentes. Costa (2000) refuta a aplicação de modelos no contexto brasileiro, já que ele superestima o poder de influência da mídia sobre as forças vivas da sociedade.

Entretanto, os efeitos da disseminação das tecnologias digitais – embora possam constituir importantes ferramentas interativas para a persistência da democracia – ainda permanecem questionáveis. Embora a constituição da esfera pública virtual pareça, à primeira vista, ampliar possibilidades de participação, interação e arenas discursivas de debates – ainda que abstratamente orientados por critérios racionais – isso nem sempre é verificado, o que abordaremos mais adiante.

Duas perguntas emergem desse cenário: afinal, a difusão de ferramentas digitais permitiu ampliar a participação na vida política contemporânea e proporcionar maior consistência em seu funcionamento? Quais os principais riscos expostos no processo de escalada tecnológica da democracia, no Brasil e nas demais democracias ocidentais? Tentaremos explorar essas perguntas a seguir.

## 2. Novas arenas e novos sujeitos entre a realidade e a ilusão participativa

Uma das principais contribuições das redes sociais mais largamente utilizadas (Facebook, Twitter, Instagram) é, sem dúvidas, a expressão instantânea (senão escancarada) de certos estados emocionais subjetivos e de construção de identidades virtuais baseadas em preferências pessoais. Nesses espaços, é possível identificar uma certa exaltação de virtudes, conquistas e opiniões pessoais, e a agregação de seguidores e amigos virtuais em torno dessas mesmas preferências, que podem (ou podiam) geralmente se manifestar por meio de aprovação (*likes*, curtidas, seguidas e afins) dessas opiniões, dessas imagens e textos pessoais. Em suma, o perfil virtual é uma espécie de exaltação do *self* virtual do usuário dessas redes. O indivíduo, assim, constrói uma espécie de imagem referenciada para o outro, à espera de aprovação e curtidas.

A exaltação de indivíduos e a construção de subjetividades, nesse sentido, é trazida para o centro do próprio uso dessas redes: cada perfil é considerado único, caracterizado por experiências, fotos, postagens, opiniões e preferências também únicas, administradas pelo usuário como sua expressão subjetiva na vida virtual.

Em importante medida, essas ferramentas permitiram trazer ao espaço virtual discursos e textos fortemente apegados a questões identitárias, contribuindo para a organização de fóruns, comunidades e intercâmbios de experiências entre usuários com preferências ou afinidades. No campo das identidades, viu-se uma profusão de alinhamentos, por exemplo, entre mulheres denunciando práticas machistas, negros organizados em torno de pautas antirracistas e usuários com orientações sexuais e identidades de gênero diversas às dominantes, propondo a agregação discursiva em torno de novas narrativas. Em igual medida, identidades políticas – especialmente no campo conservador de direita – foram forjadas em grupos e comunidades, elegendo um inimigo em comum: a esquerda, a derrubada do governo que a representava, e tudo aquilo que fosse associado a esse campo.

Foi nesse segundo cenário que organizações e movimentos, como o Movimento Brasil Livre (2,9 milhões de curtidas no Facebook), o Vem Pra Rua! (1,9 milhão de curtidores no Facebook), O Movimento nas Ruas (942 mil curtidas no Facebook) o Movimento Endireita Brasil (671 mil curtidores no Facebook), organizaram ações reais em capitais brasileiras, convocando atos contra o governo eleito, carretas e protestos iniciados em 2013 e refortalecidos

em 2014 em 2015 e em 2016. Valendo-se de uma estética apelativa a símbolos nacionais e sentimentos nacionalistas (como o uso do hino nacional, da bandeira nacional, de camisas da seleção brasileira de futebol), tais atos e organizações afirmavam a defesa do Brasil da corrupção e imiscuíram-se de organizações e tendências que iam desde a defesa da intervenção militar até mesmo à exaltação de valores como a *família tradicional* (compreendida como a resultante do casamento entre um homem e uma mulher), a oposição ferrenha a qualquer tentativa de descriminalização do aborto, do uso de drogas e a exaltação do armamento privado como direito individual.

Apesar de haver diversas tendências e expressões, esses grupos e movimentos organizados nos meios cibernéticos mobilizaram-se e constituíram seu capital político a partir de uma premissa em comum: derrotar a esquerda no campo político, o que se tornou possível por meio de uma forte campanha midiática, associada a instrumentos de *lawfare* e desmoralização pública reiteradas do governo. Somados a isso, a crise econômica iniciada em 2014 e agravada em 2015 e os rumos da operação lava-jato ofereceram a tempestade perfeita para o processo de *impeachment* do governo Dilma Rousseff e, em 2018, para a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República.

Em suma, o que as redes sociais e a mobilização virtual parecem ter proporcionado foi a construção de uma certa coesão em torno da rejeição a candidaturas do Partido dos Trabalhadores, à esquerda de modo geral, e de políticos e lideranças tidos por tradicionais, ou, ao menos, associados aos esquemas de corrupção denunciados em cadeia nacional. Em outras palavras, enquanto um campo estava organizado em torno de uma pauta comum, de aversão e derrubada de um governo, outro campo esteve fragmentado em torno de pautas identitárias que, apesar de importantes para o debate político, foram também contributivas para a mobilização diametralmente oposta, em torno de uma cultura moralizante e reprodutora de valores conservadores.

Nesse mesmo sentido, as redes sociais e os aplicativos de mensagens foram inundados de informações falsas, pânico morais e narrativas alarmistas. Não por acaso, um dos mais influentes financiadores da chamada *alt-right* (*alternative right*, ou direita alternativa estadunidense) foi responsável por importantes estratégias de mídia de massa que culminaram nas prévias vitoriosas para Donald Trump como candidato do Partido Republicano, e “foi um dos primeiros populistas a entender que ‘politics is downstream from culture’ – ‘a política deriva da cultura’” (EMPOLI, 2019, p. 29).

O que setores conservadores entenderam – e conseguiram traduzir em ações concretas no campo político – foi que a política de fato deriva da cultura. Seguramente, os tempos do capitalismo tardio digital impuseram novas dinâmicas sociais, dos tempos imediatos, das reações narcísicas, dos afetos deslocados e também de um sentimento quase permanente de destruição, fim dos tempos ou de colapsos inevitáveis. Somado a isso, verifica-se um sentimento de *temps perdu* da vida social contemporânea, em que as pessoas parecem não ter tempo para o exercício da vida política, quicá de sua vida privada com a dedicação necessária. Talvez a ressurreição e remodelagem dos valores tradicionais (família, propriedade, religião, nação, defesa e aversão ao público) tenham sido contextual e estrategicamente aproveitados em contextos de crises morais da democracia e dos partidos políticos. Esses valores, repaginados em redes virtuais e encarnados em lideranças populistas, encontraram esteio em meio à opinião pública e apoio nas urnas. Uma cultura neoconservadora (e, em alguns casos, antidemocrática) foi sendo forjada na condição de aversão ao *establishment*, em um movimento de reação (ou, para alguns, de revolução) cultural.

Por outro lado, as lutas por reconhecimento, como pontua Nancy Fraser (2001), acabaram por se envolver em uma espécie de segregacionismo identitário, mediante coisificação das identidades de um grupo, passando também a serem acompanhadas de um deslocamento das pautas de redistribuição enquanto agenda. Nesse aspecto, as eleições de 2018 parecem ter expressado essa condição: os aspectos de luta por redistribuição foram substituídos por um discurso de natureza moralizante e pautas de aversão identitária a um suposto espectro de esquerda.

O principal desafio, nesse sentido, talvez seja repovoar as arenas de significações políticas com sentidos alargados, que integrem tanto as pautas por reconhecimento quanto as por redistribuição. Como lembra Fraser (2008, p. 184): “nem o culturalismo, nem o economicismo são suficientes para compreender as sociedades contemporâneas. Ao invés, necessita-se de uma abordagem que possa acomodar a diferenciação, a divergência e a interação em todos os níveis”.

Essa não demonstra ser a tônica dos aplicativos de mensagens (WhatsApp) e redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram). De maneira geral, esse cyberespaço parte da premissa de que cada usuário é um potencial consumidor. Portanto, suas preferências, ideias, tendências e características são exploradas na condição de nicho mercadológico, orientando anúncios de publicidade para esses gostos individualmente considerados. No entanto, esses

mesmos gostos e tendências são organizados poderosamente, mediante agregações e técnicas estatísticas e computacionais, nos chamados grandes dados (*big data*), de interesse direto por parte de companhias e empresas. Em outras palavras, as agregações de usuários e preferências tendem a seguir uma lógica algorítmica, estabelecida em agrupamentos e tendências classificatórias que, se à primeira vista permitem organizações por afinidades e nichos, por outra, constroem verdadeiros abismos de interações entre sujeitos: aplacados em sua própria bolha, conviventes apenas com seus pares e apartados de diferenças de significação cultural.

Assim, nos *big data*, conforme aponta Teles (2018, p. 435):

se procura diretamente na correlação dos dados a expressão dos fenômenos. As relações estatísticas dos datamining esquivam-se das normas sociais de seleção, classificação e hierarquização dos dados, transitando diretamente entre o real das informações e a operação destas via seus elementos técnicos e tecnológicos. **A realidade ganha uma aparência de esfera pública**, porém controlada por interesses particulares e com governos e empresas coletando quantidades massivas de dados não classificados. (**grifo nosso**)

As redes e mecanismos virtuais de sociabilidade parecem ter dado lugar a uma cultura de imediatismos, que trabalha com projeções velozes, interações superficiais, reações instantâneas, em um lugar no qual a experiência de tempo e espaço diminui consideravelmente: ao mesmo tempo em que a Internet encerra em seu lugar todo o planeta conectado, também imediatiza relações e reações. É o tempo de fábricas de notícias que provocam emoções, reações furibundas e enérgicas a fatos sociais pouco ou nada explorados pela reflexão crítica, celebridades que ascendem com um único *hit* de sucesso ou uma simples postagem, ou memes que consubstanciam emoções em uma combinação eufórica entre imagem e texto.

O universo das redes desponta, assim, com uma aparência de esfera pública, em que indivíduos restariam livres para tecerem ideias, expressarem desejos e se organizarem, comunicarem-se uns com os outros e disporem-se também uns com os outros ao debate público. No entanto, o que na prática se verifica é um cenário de interferência entre interesses mediados e interações viabilizadas por meio de funções algorítmicas, cuja característica é produzir mecanismos de reforço ideológico e controle, e com dados intercambiados em proporções gigantescas, em que discursos restam restritos a bolhas, paulatinamente direcionadas e herméticas (TELES, 2018).



Se a política é a arte de mediação dos dissensos, da composição das diferenças, as redes sociais e o mundo virtual demonstram haver destituído essa finalidade da vida política, na medida em que ofereceu o consumo de informação adequada ao que interessa a cada um e a interação frequente com seu semelhante. Nesse cenário, a política se desidrata, perde seu sentido original de compor as diferenças e construir e regular, a partir dessas diferenças, a coletividade. A política se torna, dessa maneira, refém da capacidade de organização desses nichos na mobilização de afetos, paixões e ação na esfera do real, cada dia mais assemelhada com o universo virtual.

Resta claro que as redes criam uma aparência de esfera pública que, à primeira vista, permitiu mobilizações, formações de opinião e construção de comunidades de informação e desinformação, com livre expressão. Há um aparente paradoxo: ao mesmo tempo que potencializaram mobilizações, essas redes também desmobilizaram, graças a uma ilusão de efetiva participação no debate supostamente público, por meio de postagens e mensagens. Essa ilusão de participação se constitui de três principais razões: (1) os públicos a que se direcionam essas mensagens são previamente escolhidos não pelo remetente, mas por algoritmos pré-definidos, desidratando a potencialidade do dissenso; (2) as mensagens são facilmente deletáveis e dissolvidas em um informar de dados, por vezes sendo difícil não apenas identificar seu conteúdo mas, também, seu verdadeiro autor/emissor e (3) a cultura da informação é instável e imediata, renovada a cada fração de tempo em *feeds* atualizados. O texto torna-se velho, a opinião, fato passado, a notícia, reminiscência, e cada pessoa envolvida nessa rede resume-se a uma presa, a um pequeno inseto enredado, à espera de que uma aranha o abocanhe.

### **3. A aranha que sufoca a democracia no Brasil e no Ocidente**

Por vezes, observar algumas relações entre seres na natureza pode servir de inspiração a metáforas explicativas sobre os fenômenos sociais. Peço a licença do leitor para recorrer a uma dessas observações recorrentes: quando uma presa, um pequeno inseto, geralmente em voo, se choca contra uma teia de aranha, ocorre uma certa vibração em toda a superfície da teia. Imediatamente a esse fato, a aranha que a teceu dirige-se rapidamente à presa e a enrola em seus fios de fibras. O inseto apreendido nessa operação termina semelhante a uma pequena múmia, sufocada nesse tecido de proteínas, e provavelmente tornar-se-á uma refeição da aranha ou de suas proles.

Essa metáfora nos auxilia a compreender o atual cenário da democracia brasileira, sufocada pela imensa rede de (des)informações proporcionadas pelos meios digitais. Não por acaso, nas eleições municipais de 2020, uma das preocupações centrais<sup>2</sup> do Tribunal Superior Eleitoral foi promover o combate às chamadas notícias falsas (*fake news*), largamente disseminadas nas eleições gerais de 2018. Nesse cenário, a aranha que fiou a armadilha das redes consiste em um objeto um tanto mais abstrato, mas não menos perigoso: a governamentalidade produzida pelas redes, suas estratégias de controle e a racionalidade neoliberal vigente, construídas no mundo opaco do crepúsculo das democracias.

Francis Fukuyama sustenta (1992) que a derrota do fascismo após a Segunda Guerra Mundial e a debacle do socialismo real alçaram o liberalismo como uma espécie de ideia-força para a organização político-econômica das diferentes sociedades mundo afora: alicerçado na combinação entre democracia liberal “ocidental” como modelo político e a economia de mercado como forma econômica. Segundo o autor, os diversos problemas frequentemente atribuídos ao capitalismo (como a violência, as desigualdades de oportunidades, entre outros) não resultariam dos limites das democracias liberais, mas das dificuldades de implementar os princípios de igualdade e liberdade. O liberalismo constituiria, assim, o espírito do tempo, o norte axiológico da vida social, um triunfo resultante, até mesmo, de uma espécie de evolução ideológica da humanidade.

O elogio triunfalista do liberalismo e a teoria de *fim da história* (ou fim dos antagonismos à ideologia liberal, outrora encarnados no fascismo e no socialismo) endereçado por Fukuyama denota exagero sobre a hegemonia liberal, e vem sendo desconstruído à luz de diversos processos econômicos e sociais e de reflexão teórica, os quais colocam em xeque essa perspectiva. As democracias ocidentais parecem ter perdido força diante de investidas populistas recentemente configuradas nos Estados Unidos, com Donald Trump; na Itália, com Matteo Salvini; na Hungria, com Viktor Orbán; e no Brasil, com Jair Bolsonaro<sup>3</sup>. Autores como Levitsky e Ziblatt (2018) apontam

---

<sup>2</sup> Ver campanha disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/tse-faz-campanha-contra-a-desinformacao-201cse-for-fake-news-nao-transmita201d>>. Data de acesso: 7 dez. 2020.

<sup>3</sup> Apesar das inúmeras diferenças de estilo de governar e métodos de ascensão ao governo central (exceto Salvini, que não assumiu o governo central, mas exerceu e vem exercendo funções estratégicas no governo italiano, como Ministro do Interior e Vice Primeiro-Ministro) e manutenção dessa posição, essas lideranças têm sido apontadas pela literatura recente como expressões importantes de estratégias de silenciamento midiático, inversão da noção de verdade (endereçando

certas semelhanças dos processos de ascenso de líderes populistas, no que diz respeito ao ataque aos fundamentos da democracia, como a rejeição das regras do jogo democrático, acompanhada de um compromisso débil com essas regras, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou engajamento à violência e a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Apesar do caráter populista desses governos, parece-nos relevante destacar que eles constituem expressão superficial de forças que operam transformações culturais mais profundas. Conforme afirmamos inicialmente, a aranha da teia que sufoca a democracia enquanto presa não seriam esses governos, cuja duração e capacidade de constituição de capital político permanente nos é impossível prever – basta vermos a derrota de Donald J. Trump em sua tentativa de reeleição à presidência no pleito de 2020. Nessas eleições, também as redes sociais tiveram enorme influência, como no caso de denúncia da ação policial violenta que assassinou George Floyd na cidade de Minneapolis, mobilizando o eleitorado democrata e o debate sobre a democracia racial nos Estados Unidos.

Mas, afinal, que concepção de democracia parece estar em jogo? Isto é, que possíveis ameaças à democracia a digitalização e a disseminação das redes produzem?

Uma importante contribuição ao conceito de democracia foi formulada por Robert Dahl (1999), teórico norte-americano. Para ele, a democracia poderia ser mensurada por meio de variáveis, que indicariam o grau de democratização de uma sociedade industrial moderna. O nível de democracia máximo, nesse contexto, seria representado pela chamada poliarquia.

Para alcançar tal nível, Dahl (1999, p. 101) sustenta a necessidade de cumprimento de alguns requisitos: controle do governo exercido pelo dirigente eleito pelos cidadãos, realização de eleições livres, justas e frequentes, a garantia à liberdade de qualquer indivíduo se manifestar ou exprimir sem constrangimentos sua opinião, a existência de fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos, que não sejam negados direitos de cidadania igualmente a todos os cidadãos e a autonomia de associação.

---

críticas à imprensa que denuncia seus governos e ações como *fake news*, uso de redes sociais e aplicativos de mensagem como alternativas diversionistas às informações dos meios de comunicação *mainstream*. Nesse sentido, ver a obra de CAMPOS DE MELLO, Patrícia. A máquina do ódio - Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

Considerando esse conceito, a disseminação do uso e modos de interação em redes digitais pode representar certo desvirtuamento de um importante requisito da vida democrática: a existência e efetivo acesso a fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos. Além delas, a própria realização de eleições livres e justas parece ser colocada à prova. Trataremos mais adiante sobre tais ameaças. A aranha que sufoca a democracia ocidental – e a democracia brasileira nesse mesmo processo – parece resultar da combinação entre a razão neoliberal e uma governamentalidade cibernética. Tentaremos explicá-las a seguir.

Por razão neoliberal, podemos entender uma certa combinação entre dispositivos e práticas que se desenvolvem na sociedade, bem como a sua relação com o Estado, de tal forma dispostos a forjar sujeitos que reforcem valores e concepções típicos do neoliberalismo, quer no plano prático, quer no campo das ideias. Recorremos aqui à discussão que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) propõem, partindo de uma inspiração foucaultiana, para descrever a emergência de um novo sujeito, forjado sob a premissa da liberdade. Esse sujeito é resultado direto de uma lógica prevalente, regida por dispositivos, tecnologias e disciplina, de ser e agir enquanto empreendedor de si mesmo: o sujeito-empresa, responsável sozinho por seu sucesso e seu fracasso nas economias competitivas de mercado, livre, portanto, para tomar suas decisões e construir seu destino.

Ao acionar essa dimensão, Dardot e Laval (2016) referem-se à introjeção de práticas, ideias e valores em pessoas a partir das experiências concretas do neoliberalismo, organizadas especialmente a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em fins do século passado, e difundida anos mais tarde como premissas liberais para a organização de outras sociedades contemporâneas. Distinguindo-se do liberalismo clássico, exatamente em razão do protagonismo do Estado, responsável por garantir as condições de funcionamento do mercado (senão constitui-lo) e ser regido pelas leis desse mercado.

A extinção de sindicatos, a unitarização da família e do indivíduo, o desmantelamento de serviços públicos, a rejeição às formas de organização coletiva e à própria noção da centralidade da esfera pública e da vida coletiva puseram na esteira das paixões e da sociabilidade essa nova razão neoliberal.

Essa nova razão passou, assim, a representar uma ideia-força totalizante, um estilo de vida que entrega sujeitos – em corpo e alma – à eficiência produtiva e competitiva, à autovalorização e à busca de uma ética profissional, de que pela via do esforço todos são capazes de enriquecer em uma sociedade

tida como livre – já que destituída de estamentos e privilégios nobiliárquicos – que não veda a ascensão social. Dessa maneira, o neoliberalismo constitui-se razão de mundo: elenca o mercado como espaço da sociabilidade e o Estado como instrumento regulatório da economia, em favor desse mercado e em detrimento de seu papel enquanto promotor da organização da vida coletiva a partir de valores como confiança, distribuição, solidariedade e justiça.

Tais transformações são paulatinamente imprimidas em um mundo que desidrata a importância da vida coletiva, e no qual a participação política é entendida por muitos como incapaz de produzir efeitos. Ao indivíduo só lhe resta cuidar de sua própria vida, pois a ação coletiva não parece produzir nenhum efeito, nem lhe proporcionar qualquer retorno. Partidos no poder são também compreendidos como meros gestores desse binômio Estado-mercado, e reforçadores da ideia de que há responsabilidade exclusiva do indivíduo pela solução de problemas tipicamente sociais, como educação e saúde. É possível, assim, compreendermos como a democracia perde sua substância, assim como a própria política: o cidadão torna-se desinteressado pela esfera pública, ao mesmo tempo que ocorre certa desvalorização do bem público e da própria ordem jurídica.

Essa nova razão neoliberal – muito mais que uma conspiração global orquestrada por elites econômicas – resulta de processos complexos no nível das subjetividades e de instrumentos, técnicas e dispositivos, que imprimem tais valores à vida social: *coachings* (verdadeiros gurus do sucesso autorreferenciado), metas de produtividade laboral e intelectual, mecanismos de controle de produtividade empresarial e, talvez, a mais importante de todas: a hipersubjetivização virtual, construída em redes sociais e espaços virtuais de sociabilidade.

Portanto, entendemos que, além desses valores e modo de vida social vigentes que constituiriam a razão neoliberal, os instrumentos atuais de sociabilidade virtual – redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e aplicativos de mensagens instantâneas – WhatsApp e Telegram, inteiramente conectados a essa razão, trouxeram ameaças concretas à própria democracia. Trata-se do exercício de uma governamentalidade cibernética em tempos de razão neoliberal.

O conceito de governamentalidade foi desenhado por Michel Foucault (2008a), e volta-se a uma compreensão sofisticada sobre a ideia e a práxis do poder. O autor não limita sua análise ao papel do Estado, e tampouco na objetivação de uma prática única: ao contrário, o poder é subjetivizado nas escolhas feitas pelos indivíduos, que procuram alinhá-las aos objetivos das

autoridades. Afinal, o poder é também subjetivo, e governar não significa suprimir a subjetividade dos indivíduos, mas cultivá-la em formas específicas aos objetivos das autoridades: desde o pecador da fé cristã até o sujeito interessado e empreendedor da ideologia neoliberal. Os sujeitos governados são ativos em seu projeto de governamentalidade. Portanto, governar não é algo direcionado a pessoas submissas, passivas, mas sujeitos ativos. O poder é exercido sobre sujeitos livres e apenas enquanto livres. Para Foucault (2008b), governamentalidade é, assim, o conjunto de instituições, procedimentos, lógicas e tecnologias que permitem exercer essa forma de poder muito específica, qual seja, governar uma população.

Assim, as redes sociais e suas disposições, orientadas à venda de produtos e serviços, ao direcionamento de publicidades e limitações de interações segmentadas por algoritmos, construíram um processo de hipersubjetivação de perfis e usuários. Ao mesmo tempo, tais redes promovem, em certa medida, considerável desconexão do usuário com a vida real e as necessidades e desafios exteriores a esses espaços virtuais. As bolhas, dessa maneira, revelam-se não apenas como bolhas de usuários e preferências, mas também a partir de discursos e narrativas desconectadas com a dimensão do real, cada vez mais falseável em discursos e mensagens que se pretende legitimar como verdadeiros ou expressão genuína do real. As comunidades virtuais de compartilhamento de pseudonarrativas ou de informações falsas espalham-se e encontram meios de organização para alcançar milhões de usuários, financiando *blogs*, *sites*, páginas, comunidades, grupos e disparos em massa de mensagens instantâneas.

A combinação – combustiva – entre esses mecanismos narcísicos de hiperbolização dos indivíduos (em postagens que refletem comportamentos, atributos pessoais, opiniões individuais) e a razão neoliberal que rege a vida contemporânea, constrói uma governamentalidade difusa, em que usuários de redes têm a ilusão de estarem contribuindo com o livre debate – porque, afinal, livres para expressarem opiniões e preferências, ao mesmo tempo que são diariamente bombardeados com publicidades e indução de desejos e preferências e, por vezes, de notícias falsas. Somado a isso, a organização dessas informações em *big data* permite, inclusive, às companhias que administram redes sociais (como Google) dispor de uma mercadoria valiosa de alto interesse de empresas e também pela inteligência governamental do Estado: a previsibilidade sobre eventuais convulsões sociais, protestos e manifestações, por exemplo.

Assim é que nossa aranha sufoca a democracia: forjando hipersujeitos que revalorizam a lógica do indivíduo responsável por si mesmo, narcísicos, imersos em um mar de informações e textos, organizados em nichos de preferência e indução de desejos virtualmente construídos. Esse sujeito, ocupado como consumidor e com a expressão quotidiana de seu *self* virtual, cada vez mais encontra-se alijado da vida pública, de sua condição de cidadão, visto que reforça e é reforçado por essa mesma lógica.

Nesse quesito, parece-nos que o acesso a fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos resta ameaçada, posto que é construída uma experiência avessa ao próprio requisito da vida pública, do debate: a efetiva preocupação e engajamento com ela. Muito embora a experiência com o uso da Internet e de redes sociais permita um grau de nivelamento – todos os usuários passam a poder consumir conteúdo e manifestar opiniões com certo grau de igualdade (permitindo-os supostamente até interações entre figuras públicas e anônimos) – há um segundo aspecto relevante nessa mesma experiência. Ele consiste no fato de os nichos produzidos pela via das bolhas algorítmicas criadas pela racionalidade cibernética vigente produzirem abismos cada vez maiores entre grupos de diversos matizes sociais, separados por comunidades discursivas

Além disso, também passa a ser menos reflexivo, e cada vez mais imediatista: a reflexão que se diminui em um tuíte, a ideia reduzida a caracteres de postagens é, afinal, o pensamento induzido por aprovações e curtidas. A comunicação entre sujeitos parece assim ocupada de aprovações mútuas, dando margem a pouco dissenso, divergência, debate. E, nesse mesmo processo, a hiperconectividade em *gadgets* e computadores fulmina a energia vital da democracia: a reflexão. Esgotadas pela disciplina do trabalho – hoje enormemente envolvido com o uso de computadores e tecnologias – as pessoas estão também imersas em administrar um outro eu – em suas contas pessoais nessas redes e perdem com isso o tempo precioso da reflexividade e das interações reais para mecanismos induzidos de reação e comunicação previsível.

Somado a isso, um dilema também surge nesse mesmo cenário: as companhias *big techs*, que controlam redes sociais e plataformas de conteúdo, ao capitalizarem a disseminação de informações (mediante alcance de postagens por mecanismos pagos), estimulam por outro lado o eco de vozes que se pretendem majoritárias, a partir do quesito monetário: quem dispõe de recursos alcança um público maior. Isso evidentemente gera distorções, na medida em que todo tipo de discurso pode alcançar maiores públicos, inclusive

aqueles inverídicos. Sob esse aspecto, essa governamentalidade cibernética parece modular um distanciamento da experiência democrática de disponibilidade efetiva de fontes diversas de informação, já que os usuários passam a consumir cada vez menos informações, concentradas em canais com evidentes interesses políticos. Nesse sentido, observa-se uma importante ameaça a um dos requisitos da poliarquia defendida por Dahl (1997) não apenas quanto à existência de fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes, mas, sobretudo, de seu efetivo uso e acesso delas. Não por acaso, alguns candidatos, tendo conhecimento dessa possibilidade, valeram-se em processos eleitorais de estratégias como o disparo em massa, o impulsionamento de páginas, resultando em difusão de conteúdos com objetivos claramente eleitorais. E, tão menos por acaso, diante de eventuais barreiras impostas pelas instituições a medidas de governo ou a ações diversas, políticos eleitos valeram-se dos mesmos canais de comunicação para desacreditar instituições, adotando estratégias não apenas diversionistas – mas, sobretudo, voltadas a desacreditar a legitimidade das instituições.

Assim foi como Donald J. Trump mobilizou um estridente movimento de ocupação do Capitólio, o Congresso estadunidense, responsável por ratificar o resultado eleitoral, em janeiro de 2021. Sob os gritos de fraude eleitoral, os manifestantes ameaçavam a suspensão da sessão do Congresso que ratificaria o resultado das eleições realizadas em 2020, que conferiu vitória ao candidato do Partido Democrata, Joe Biden, e a consequente derrota de Trump. A ação resultou na morte de quatro pessoas e ameaçava o cumprimento dos ritos de legitimação do resultado das eleições. Sem qualquer prova das alegações, o candidato acabou por aceitar sua derrota. No entanto, o evento de invasão trouxe preocupações sérias à estabilidade e validação do processo eleitoral da democracia estadunidense. Sob esse segundo aspecto, verificamos uma ameaça concreta à realização de eleições livres e periódicas, conforme preconiza Dahl (1997).

É afinal nesse cenário que a fábrica de factoides, mentiras e notícias falsas imprime ansiedade por novas bombas, capazes de desestabilizar repúblicas em um clique. É nesse cenário, afinal, onde a verdade desaparece e é incapaz de ser apreendida pelo intelecto. É nesse cenário onde, afinal, a democracia perde sua substância.



## 4. Conclusão. Nem tudo está perdido

Tentamos explorar de que modo a difusão do uso de tecnologias virtuais sinaliza um processo de ambivalências e rupturas com as conquistas e permanências da democracia contemporânea. Ao mesmo tempo em que aponta para riscos e fragilizações em suas premissas, essa disseminação reacendeu debates antes pouco disseminados e permitiu mobilizações mundo afora – como o movimento *Black Lives Matter*, as mobilizações de estudantes no ano de 2018 contra a revogação de uma lei que visava ao alcance gradual da gratuidade no ensino superior público, no Chile, ou protestos como os voltados à redução do preço de passagens de ônibus no Brasil, em 2013. A arena de debate público virtual reacendeu paixões e trouxe ao centro da vida quotidiana valores e discursos antes menos evidentes, ou menos capilarizados, em diversos campos políticos, de ultraconservadores de direita a neorrevolucionários de esquerda, e permitiram mobilizações de rua que extrapolam a mera manifestação virtual.

A despeito de as redes proporcionarem uma maior participação de diversos grupos e expressões em novas arenas discursivas e de debate, como apontamos alhures, esse processo oculta uma perigosa combinação entre a razão neoliberal e governamentalidade cibernética, cujos potenciais corrosivos e destrutivos à própria ideia de democracia ficam evidentes. É nesses termos que Wendy Brown (2019) chama a atenção para as atuais ameaças à democracia, visto que correlação de forças ora disposta está assentada em um contexto de predomínio de uma razão neoliberal que mina o projeto social e o lugar do coletivo na vida política contemporânea. Essa perda do coletivo, resultado também da hipersubjetivação narcísica das redes e de seu uso massivo, teria dado vazão a rebeliões antidemocráticas, marcadas por mobilizações demagógicas nacionalistas, que sugerem crescentes déficits da democracia, da pactuação e negociação social entre diversas camadas da sociedade.

Os instrumentos e dispositivos tecnológicos produzem resultados imprevistos ou não desejados – como a hipersubjetivação/ hiperindividualização, a algoritmização das relações, a superficialização dos desejos e do próprio indivíduo perante fatos sociais e políticos e a desconexão com o mundo real. Eles abrem espaço à disseminação de notícias falsas e mobilizações avessas à ideia de convivência democrática, respeito ao outro e às próprias instituições que sustentam a democracia. Tal fato torna relevante e urgente que esses mecanismos e a relação dos usuários com eles sejam, afinal, revistos. Revisá-los não significa extingui-los, mas conferir sentidos e

finalidades distintas ao seu uso e espaço que ocupam na vida quotidiana: afinal, uma vez criados e disseminados, parece improvável extinguir seu uso e sua capilaridade. Na verdade, é necessário aprender a trabalhar com os efeitos sociais, psicológicos e políticos indesejáveis por eles produzidos. Essa é uma tarefa de todo o conjunto das forças vivas da sociedade.

Os mecanismos indutores da chamada *economia da atenção* produzida pelas redes sociais (conteúdos que de alguma forma despertem atenção e engajamento do usuário, voltados a induzir sobretudo o consumo) apontam para as ambivalências do uso e disseminação de redes sociais, mecanismos de busca na Internet e aplicativos de mensagens. Revisar esses mecanismos pode ser uma importante saída, mas certamente não a única. Afinal, na contemporaneidade, vivemos uma ressignificação dos afetos, em que a política é construída a partir do que as pessoas percebem, sentem e veem, a partir de um regime estabelecido sobre o que as pessoas podem ver, sentir e perceber. Quem controla esse regime de visibilidade, de percepção, e de sentimento controla o jogo político (SAFATLE, 2018). Diante de um modelo em que nos sentimos subjetivamente desamparados, em que alternativas não aparentam possíveis, em que a combinação entre governamentalidade cibernética e razão neoliberal sugere um curto-circuito desses afetos, é possível que o desamparo reconfigure conexões e o próprio regime de visibilidade, percepção e sentimentos mobilizadores.

A digitalização e a disseminação do uso de redes sociais, se, à primeira vista, aparecem sob o manto de um aspecto quase-determinista de solapamento da experiência democrática (especialmente quanto à diversidade de acesso à informação e quanto à ameaça à realização de eleições livres e regulares), por outro lado, merece ser mais bem estudado enquanto fenômeno. Entender os reais mecanismos de exclusão e constituição de nichos discursivos, o alcance de outros discursos e métodos de disseminação e de que modo eles ameaçam não somente a democracia – de seu ponto de vista substantivo, especialmente quanto aos elementos apontados por Dahl (1997), mas também a racionalidade, aspecto essencial da constituição da esfera pública, sob a ótica defendida por Habermas (2003), Fraser (1996) e Benhabib (1996).

Parece-nos que a experiência política e especialmente a experiência democrática – exercitada na esfera pública virtual merece atenção dos estudos políticos. A experiência política, muito antes de se tratar de um campo exclusivamente racional, é permeado de paixões, impulsos, desejos, e constitui uma expressão genuína do humano e de sua necessidade de conferir ordem ao mundo social. Promover o reposicionamento do eixo de uma sociedade

hiperindividualista, desfocada da atenção à vida coletiva e ao outro, e atrelada à economia da atenção cibernética, não prescinde de uma profunda transformação da própria concepção de democracia. Esta última pautada não somente em consultas periódicas sobre mandatos parlamentares e executivos, mas em um regime de visibilidade e interação horizontais, em que garantias fundamentais sejam levadas a sério, em que minorias e majorias possam participar igualmente da vida política e social em bases equânimes. Nem tudo está perdido, afinal. A formação de uma cultura política democrática – repleta de sentidos – depende da construção de uma nova razão de mundo, baseada na solidariedade, na justiça e na ressignificação da coletividade e dos afetos quanto ao *outro*, como formas de amparo ao desamparo do indivíduo.

Tal cultura, aparentemente concebível ao alcance digital – na “ponta dos dedos” que digitam opiniões na esfera pública virtual – depende de outros múltiplos fatores para se constituir e se fortalecer: fatores tanto de natureza estrutural (das próprias regras e mecanismos de funcionamento dos meios digitais de comunicação) quanto de aspectos subjetivos, organizados a partir da ressignificação de afetos, de um efetivo reposicionamento dos sentidos mais profundos dessa mesma experiência, por parte dos usuários, subjetiva, individual e coletivamente considerados.

## Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
(2020) *Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Pnad Contínua*. Disponível em:  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>  
Acesso em: 2 dez. 2020.
- BENHABIB, Seyla.  
(1996). Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press.
- BROWN, Wendy.  
(2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia.
- CAMPOS DE MELLO, Patrícia.  
(2020). *A máquina do ódio: notas de um repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Cia das Letras.
- COSTA, Sergio.  
(2000). “Esfera pública, e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia”. *Revista Travessias*, n. 1, Rio de Janeiro. DAHL, Robert (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Editora Usp.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian.  
(2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- EMPOLI, Giuliano Da.  
(2019). *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio.

- FERNANDES, Florestan.  
(1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOUCAULT, Michel.  
(2008a). *Segurança, território e população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- (2008b). *Nascimento da biopolítica*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy.  
(1996). "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: CALHOUN, Craig (Ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press.
- (2008). Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: D. IKAWA; F. PIOVESAN; D. SARMENTO (coord.). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, Lumen Júris.
- (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista, in: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB.
- FUKUYAMA, Francis.  
(1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel.  
(2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOSEKANN, Cristiana.  
(2014). "A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro". *Pensamento Plural* 4: 37-57.
- HABERMAS, Jürgen.  
(2002). Três Modelos Normativos de Democracia. In: *A inclusão do outro: estudos da teoria política*. São Paulo: Loyola.
- (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SAFATLE, Vladimir.  
(2018). *O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SOUZA, Jessé.  
(2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- TELES, Edson.  
(2018). Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 59, n. 140. p. 429-448, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2018000200429&lng=en &nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2018000200429&lng=en &nrm=iso)>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- WERNECK VIANNA.  
(1999) Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- YOUNG, Iris Marion.  
(2000). *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

#### Recebido em

dezembro de 2020

#### Aprovado em

agosto de 2022